

CENTRO PAULA SOUZA

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Faculdade de Tecnologia de Americana

**A MULHER EMPREENDEDORA NO BRASIL
NOS DIAS ATUAIS**

ADRIANA DE FÁTIMA SCHIAVON

Americana, SP
2010

Faculdade de Tecnologia de Americana

A MULHER EMPREENDEDORA NO BRASIL NOS DIAS ATUAIS

ADRIANA DE FÁTIMA SCHIAVON

adriana.schiavon@hotmail.com

Trabalho Monográfico, desenvolvido em cumprimento à exigência curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial da Fatec-Americana, sob orientação da Prof. Dra. Acácia de Fátima Ventura.

Área: Recursos Humanos.

**Americana, SP
2010**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Acácia de Fátima Ventura (Orientadora)

Prof. Me. Sanete Irani Andrade

Prof. Especialista. Eryvelton Baldin

DEDICATÓRIA

Em especial a minha mãe, Berenice Schiavon uma grande mulher e ao meu pai, José Schiavon que muito me ensinou e apoiou.

Dedico em especial a minha orientadora Acácia, pela paciência e atenção.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por me guiar, proteger e abençoar a cada novo dia.

Aos meus queridíssimos pais, José Schiavon e Berenice Schiavon, que me mostraram sempre qual o melhor caminho a seguir no decorrer da caminhada.

A meus colegas de curso e amigos que conheci em mais esse desafio por tão bem me acolherem e com tanto carinho me trataram.

Aos professores da FATEC Americana, que com seus ensinamentos e amizade me ajudaram a chegar até aqui.

A minha orientadora, Prof. Dra. Acácia de Fátima Ventura, que tornou possível a realização desse sonho.

Aos meus irmãos, sobrinhos e familiares que souberam entender minha ausência nos momentos necessários.

Ao Luiz Martins Andrade Filho, por toda paciência, companheirismo e apoio oferecidos durante essa jornada.

RESUMO

O presente texto busca discutir a dimensão do gênero feminino no contexto do empreendedorismo brasileiro, para tanto utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. A ascensão das mulheres revela seu poder de realização e competência ao enfrentarem grandes diversidades de dificuldades. As empreendedoras, de modo geral, vivem discriminações quanto ao gênero, idade, além do desafio da busca pelo equilíbrio entre vida pessoal, familiar e profissional. A busca pelo crescimento e emancipação se dá principalmente através dos estudos. As informações são discutidas à luz da literatura sobre a mulher no mundo do trabalho e suas implicações para o desenvolvimento do gênero.

Palavras Chave: mulher; trabalho feminino; empreendedorismo.

ABSTRACT

The present text seeks to discuss the dimension of the female kind in the context of the Brazilian entrepreneurship, for so much utilized itself as methodology to bibliographical research. The ascent of the women reveals its power of achievement and competence upon will face big diversities of difficulties. The enterprising, in general, discriminations live as regards the kind, age, beyond the challenge of the seeks by the equilibrium between professional, family, and personal life. It seeks by the growth and emancipation gives mainly through the studies. The information are discussed to the light of the literature about the wife in the world of the work and his implications for the development of the kind.

Keywords: woman; female work; entrepreneurship

Maria, Maria

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que rí
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida....

Milton Nascimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 BREVE HISTÓRICO DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL	12
1.1 A MULHER NA HISTORIA.....	12
1.2 A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE.....	19
2 EMPREENDEDORISMO	23
2.1 EMPREENDEDORISMO	23
2.2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	25
2.3 A MULHER EMPREENDEDORA SOCIAL	26
3 MARINA SILVA: um estudo biográfico	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a mulher é sem dúvida ingressar num mundo repleto de surpresas. As histórias encontradas nos permite conhecer fatos inimagináveis sobre este ser tão múltiplo. Quem fora a mulher no passado? Que situações enfrentou? Quais ensinamentos nos deixaram? Quanto lhes custou os caminhos abertos para as novas gerações?

Indagar sobre a mulher brasileira é percorrer a história deste país cheio de contrastes e saber que a luta pelo reconhecimento deste gênero esbarrou no machismo, na indiferença, na religião e mesmo em sua sexualidade.

O cotidiano feminino traz à luz, não somente o direito a constituição de um lar, uma família, mas também as lutas travadas por este ser, considerado frágil, pela sua independência física, moral e econômica. Se hoje as mulheres têm direitos e deveres semelhantes aos dos homens, é porque alguém um dia teve a coragem de ousar.

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos (DEL PRIORE, 2000, p.7).

Segundo Figueiredo (in DEL PRIORI, 2000, p.144) desde o Brasil colonial a presença feminina sempre foi destaque no exercício de pequenos comércios em vilas e cidades brasileiras. Na época, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, estabeleceram uma divisão de trabalho assentada em critérios sexuais, onde o comércio ambulante representava ocupação preponderantemente feminina. A quase exclusiva presença de mulheres num mercado onde se consumia gêneros a varejo, produzido, muitas vezes, na própria região colonial, resultou da convergência de duas referências culturais determinantes no Brasil.

Acrescenta que a primeira delas está relacionada a influência africana, uma vez que nessas sociedades tradicionais as mulheres desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. O segundo tipo de

influencia deriva da transposição para o mundo colonial da divisão de papéis sexuais vigente em Portugal, onde a legislação amparava de maneira incisiva a participação feminina. Às mulheres era reservado o comércio de “doces, bolos, hortaliças, queijos, leite, polvilhos, hóstias...” (FIGUEIREDO, 2000, p.144). Dessa forma, conjugavam dois padrões que iriam atuar na definição do lugar das mulheres no Brasil.

Para tanto o estudo se **justifica** pela importância e relevância do trabalho feminino a partir do século XX. Importante foi fazer o levantamento teórico sobre a história da mulher no Brasil para compreender sua inserção no mercado de trabalho e estudar a relação e motivação que a mulher tem com o trabalho, e a influência que esse trabalho exerce sobre outras mulheres. Importância também a transformação ocorrida nas sociedades e, principalmente nas famílias, que mudaram seu perfil; destaca-se como justificativa a transformação da realidade de ser e de viver de pessoas que se dedicam ao empreendedorismo.

O **Problema** foi: A busca pelo empreendedorismo confunde-se com o desejo da auto realização.

As **Hipóteses** foram: A mulher empreendedora é aquela que por algum motivo busca através de apoio profissional e emocional, propiciar uma nova oportunidade a outras; A empreendedora social através de suas organizações propõe alternativas eficazes no desenvolvimento de uma sociedade melhor e mais justa; e A mulher empreendedora tem por objetivo sua própria realização pessoal através de trabalhos desenvolvidos.

O **objetivo geral** foi estudar a história da mulher no Brasil, buscando conhecer suas influências no mundo do trabalho, principalmente o empreendedorismo. Já os **objetivos específicos** foram: Conhecer a história da inserção da mulher no mundo do trabalho, buscando compreender como ocorreu seu envolvimento com o empreendedorismo.

Como **metodologia** para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que para Severino (2007) é feita através da busca em livros e

artigos acadêmicos, pesquisas via internet, em revistas específicas, dissertação e teses e publicações.

O trabalho foi estruturado em **três capítulos**, sendo que o **primeiro** retratou o momento histórico da inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho, suas dificuldades e lutas na busca de respeito, espaços e posições de “igualdades” profissionais. O **segundo** capítulo definiu empreendedorismo e discorreu sobre empreendedorismo social e a mulher empreendedora. O capítulo **três** se reservou à pesquisa bibliográfica de Marina Silva, como exemplo de mulher empreendedora. No capítulo **quatro** teremos as Considerações Finais. Já no capítulo **cinco** as referências bibliográficas.

1 BREVE HISTÓRICO DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL

O presente texto se propõe a retratar o momento histórico da inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho, suas dificuldades e lutas na busca de respeito, espaços e posições de igualdades profissionais.

1.1 A MULHER NA HISTORIA

Na antiguidade as mulheres foram vistas como capazes de fazer trabalhos domésticos e o cuidado dos filhos. Não freqüentava escola, não sabia das novidades, era submissa e obediente ao homem. Na Idade Média, as mulheres divididas por categoria passam a exercer alguns ofícios. Eram responsáveis por lavar e tecer, as mães responsáveis pelas crianças menores e as de meia idade se responsabilizavam pelos adolescentes e pela cozinha (NOGUEIRA, 2004).

Acrescenta a autora que com acesso a educação, e com o desenvolvimento tecnológico as fábricas deram lugar a mão de obra feminina, oferecendo oportunidades fora do lar para as mulheres. Possibilitando o ingresso no mercado de trabalho também possibilitou o aumento de sua participação política na sociedade.

No Brasil, a industrialização teve início no Nordeste do país entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX – especialmente, com a indústria de tecidos de algodão da Bahia – e deslocou-se progressivamente para a região sudeste. Na passagem desse século, o Rio de Janeiro reunia a maior concentração operária do país, tendo sido superado por São Paulo apenas nos anos de 1920 (DEL PRIORE, 2000).

Segundo Hobsbawm (apud NOGUEIRA, 2004, p.9), a Revolução Industrial foi “uma aceleração de crescimento em virtude de transformação econômica e social”. Destaca ainda que:

A fábrica era realmente uma forma revolucionária de trabalho, com seu fluxo lógico de processos, cada qual uma máquina especializada a cargo de um ‘braço’ especializado, todos ligados pelo ritmo constante e desumano do ‘motor’ e pela disciplina da mecanização.

Ao tratar particularmente da questão da mulher durante o processo de desenvolvimento da Revolução Industrial, Marx (1971, p. 449-450, apud NOGUEIRA, 2004, p.10) afirmou:

Tornando-se supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador sem distinção de idade ou sexo, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa, pela própria família, dentro de limites estabelecidos pelo costume [...] Lançando à máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira.

Com seu trabalho nas fábricas, os afazeres femininos realizados em casa, tais como: costurar, remendar, etc, foram substituídos pela compra de mercadorias já confeccionadas. Diminuindo o trabalho doméstico, aumentou circulação de dinheiro e a circulação de mercadorias (NOGUEIRA, 2004).

Contudo, apesar do grande número de trabalhadoras nas primeiras fábricas brasileiras, gradativamente elas foram substituídas na proporção em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participarem do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem (DEL PRIORE, 2000).

Ainda de acordo com Nogueira, é possível identificar como o capital se utilizou da mulher no mundo do trabalho (ao excluir e incluir), reforçando a hipótese de que, se por um lado o ingresso do trabalho feminino no espaço produtivo foi uma conquista da mulher, por outro lado permitiu que o capitalismo ampliasse a exploração da força de trabalho, intensificando-a através do universo do trabalho feminino.

O exemplo citado por Marx (1988, p.26, apud NOGUEIRA, 2004, p.13) é elucidativo:

[...] um fabricante informou-me de que emprega exclusivamente mulheres em seus teares mecânicos; ele dá preferência às mulheres casadas, especialmente àquelas com família em casa, que depende delas para se sustentar; são muito mais atentas e dóceis, e são compelidas a aplicar o máximo de seus esforços para obterem os meios de subsistência de que necessitam. Assim as virtudes, as virtudes peculiares do caráter feminino, são pervertidas para o seu próprio prejuízo – assim, tudo o que há de mais honesto e terno em sua natureza é transformado num meio de sua escravização e sofrimento.

Segundo Nogueira (2004, p. 8) “[...] junto com o advento da maquinaria, deu-se o ingresso definitivo da mulher no mundo do trabalho”. Mas a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho não é condição suficiente para garantir a igualdade entre os sexos. Esse período é caracterizado por dupla desvantagem social: no nível superestrutural - subvalorização da capacidade feminina pelo mito da supremacia masculina; no nível estrutural - o desenvolvimento das forças produtivas marginalizou a função produtiva da mulher. Com relação ao sistema capitalista, Saffioti (1979, p. 35 apud NOGUEIRA, 2004, p.16) afirma que este “lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços”.

A mulher sempre esteve presente no mercado de trabalho, pois ela contribui para a produção de bens e serviços em qualquer tipo de sociedade. Saffioti (1972, p.32 apud NOGUEIRA, 2004, p.17) diz que “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social”. Nogueira (2004) aponta que na antiguidade e na idade média são escassos os relatos e histórias sobre a condição feminina, mas que as tarefas comuns às mulheres nesses períodos estavam ligadas à esfera da reprodução social, ou seja, cuidados com as crianças, adolescentes entre outras tarefas domésticas, com exceção do trabalho das mulheres solteiras que se dedicavam a lavar e a tecer.

A dupla jornada de trabalho está presente desde o período medieval, pois as mulheres dos camponeses e servos trabalhavam com seus maridos nas atividades da agricultura e ainda eram responsáveis pelas tarefas domésticas (NOGUEIRA, 2004). Na idade contemporânea, o trabalho feminino expande-se massivamente,

com mulheres solteiras e casadas realizando atividades fora de suas casas, na esfera da produção, caracterizando a dupla jornada de trabalho.

De acordo com as estatísticas sobre o trabalho das mulheres no Brasil, analisadas em inúmeros textos realizados nos últimos anos (BRUSCHINI, 1989; 1990; 1994a; 1994b; 1995b) mostram que o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho foi intenso e diversificado desde os anos setenta e não retrocedeu, apesar das sucessivas crises econômicas que se abateram sobre o país desde a segunda metade daquela década. Se em 1970, apenas 18,2% das mulheres brasileiras de mais de 10 anos de idade eram economicamente ativas, vinte anos depois a taxa de atividade feminina praticamente dobrou subindo para 39,2%, e o número de trabalhadoras atingiu a cifra de mais de 22,9 milhões (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996).

Quanto à inserção ocupacional das mulheres, essa é mais marcada por continuidades do que por mudanças (BRUSCHINI, 1998). As ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, demonstrando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o do emprego doméstico.

O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do trabalho autônomo reflete maior inserção de mulheres na informalidade, desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença-maternidade e acesso a creche, dentre outros. Deve-se salientar que o aumento de ocupações precárias tem ajudado também a absorver uma parcela de homens, ocorrendo, por vias transversas, redução da segmentação por gênero.

Dessa forma, as diferenças de trabalho masculino e feminino estão diminuindo, só que agora não somente pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens, mas também pela redução deste último e pela participação conjunta de homens e mulheres nos empregos precários que hoje o mercado de trabalho oferece a ambos os sexos (LEONE, 2003, acesso em: 20/08/2010, 18h15).

Através de pesquisas (BRUSCHINI e PUPPIN, 2004) identificaram que nas últimas décadas do século XX, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o trabalho feminino: queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, de 4,4 filhos por mulher, em 1980, para 2,3 filhos no final da década de 90; redução no tamanho das famílias que, no final dos anos 1990, passaram a ter apenas 3,4 membros; envelhecimento da população brasileira, com maior expectativa de vida das mulheres e, conseqüentemente, aumento do percentual de viúvas na população; aumento do número de famílias chefiadas por mulheres que, no final do século, chegam a 26% do total das famílias brasileiras.

Além das transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo.

As trabalhadoras, que até o final dos anos de 1970, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Em 1998, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos e cerca de 63% das de 40 a 49 anos também são ativas. Entretanto, apesar de todas essas mudanças, muita coisa continua igual: as mulheres continuam as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

Segundo dados da Pesquisa de Padrão de Vida, do IBGE, realizada em 1996-97, 79% das mulheres se dedicam a afazeres domésticos e gastam neles cerca de 36 horas semanais. Em contrapartida, apenas 28,6% dos homens realizam atividades semelhantes e gastam nelas somente 14 horas por semana. A presença de filhos pequenos continua sendo um fator que dificulta a ocupação feminina. Em 1998, as taxas de atividade das mães são muito mais baixas quando os filhos têm

menos de dois anos (47%), ou mesmo entre dois e quatro anos (58%), em comparação àquelas das mães de filhos maiores, que giram entre 62% e 65% (BRUSCHINI e PUPPIN, 2004).

Através da escolaridade das brasileiras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado. As taxas de atividade das mais instruídas (mais de 11 anos de estudo) são muito mais elevadas do que as taxas gerais de atividade, em todos os anos analisados. Em 1998, a taxa feminina de atividade era de 47,5%, mas a de mulheres com 15 anos ou mais de estudo era superior a 81%. Além disso, as trabalhadoras têm escolaridade mais elevada do que os trabalhadores, reproduzindo o que ocorre na população de modo geral. Nesta, o predomínio feminino ocorre a partir do ensino médio (nove a 11 anos de estudo), no qual 55,1% das matrículas são femininas. No ensino superior, as mulheres ampliaram sua presença na década, atingindo percentual superior a 61%. No entanto, elas se concentram em determinadas áreas do conhecimento, como Lingüística, Letras e Artes (83%), Ciências Humanas (82%), Ciências Biológicas (74%) e Ciências da Saúde (67,6%), que as preparam para ocupar os chamados "guetos" femininos. Entretanto, a presença feminina nas universidades tem ultrapassado a dos estudantes também em redutos masculinos, como Administração, Arquitetura/Urbanismo e Direito (BRUSCHINI e PUPPIN, 2004).

Contrastando com a presença massiva nos tradicionais "guetos" femininos, como o magistério e a enfermagem, as mulheres têm adentrado também áreas profissionais de prestígio, como a Medicina, a Advocacia, a Arquitetura e até mesmo a Engenharia, tradicionais reduto masculino (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1999 e 2000). É neste pólo de mulheres instruídas que se situam também as executivas.

No entanto, apesar de ocupando novos e promissores espaços de trabalho, nos quais sua inserção tem características bastante similares às dos homens, as mulheres permanecem submetidas a uma desigualdade de gênero presente em todos os escalões do mercado de trabalho: ganham menos do que seus colegas de profissão.

Não só no Brasil, mas em todo o mundo, mulheres ganham menos do que homens. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT (1997, acesso em: 20/10/2010), para o período de 1991-1996, no Brasil, o rendimento recebido pelas mulheres em trabalhos não agrícolas correspondia a 72% daquele recebido pelos homens, enquanto na França o ganho feminino equivalia a 81% do masculino e no Japão, a 62%. Se, na distribuição dos rendimentos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, fosse considerado a influência da raça/cor, poderemos perceber, em primeiro lugar, a situação desfavorável dos trabalhadores negros no mercado de trabalho e, em segundo, a posição duplamente desfavorável das mulheres negras. Num contínuo decrescente de rendimentos, os brancos vêm em primeiro lugar, seguidos das brancas, dos negros e, finalmente, das negras. Este contínuo de desigualdade está presente em todo o país, sendo que as mulheres brancas estão sempre mais bem representadas do que as negras nos melhores empregos e nos setores mais organizados da economia, nos quais a probabilidade de obter salários mais elevados e melhores condições de trabalho é maior. No entanto, é preciso considerar que o Brasil é um país que apresenta enormes desigualdades regionais segundo o atributo raça/cor (BRUSCHINI e PUPPIN, 2004).

O movimento feminista nos anos de 1970, paralelamente ao processo de reestruturação produtiva, foram também, sem dúvida alguma um marco para a mulher trabalhadora. Era preciso lutar pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho com todas as especificidades que isso implica, como, por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada (NOGUEIRA, 2004).

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse *seus* caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o

objetivo” de vida de todas as jovens solteiras (BASSANEZI apud DEL PRIORE, 2000).

Com a demanda de mercado, a expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização, os anos setenta, foi um momento de grande crescimento econômico, favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive os do sexo feminino. Já nos anos oitenta, marcados pela recessão e desemprego, a concentração das trabalhadoras em guetos ocupacionais que se expandiram apesar das crises econômicas, poderia explicar a persistência da atividade feminina (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996).

1.2 A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

Embora as sociedades, nos últimos anos, tenham tido importantes transformações não podemos acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres e mesmo entre mulheres tenham sido sanadas. As mulheres contemporâneas enfrentam, mesmo que de forma velada, discriminações e preconceitos.

O famoso dito “tempo de espera marido”, se deu no início do século XX, quando as mulheres, inclusive as de classe média, começaram a preencher funções de apoio (como secretarias, por exemplo) nas empresas enquanto aguardavam e/ou se preparavam para o casamento, ou, algumas vezes, mesmo depois de casadas, para aumentar a renda familiar. Pouco a pouco, as mulheres foram ampliando seu espaço e galgando posições de maior status nestas empresas. Após anos de exclusão aberta das posições de poder e autoridade, hoje encontra-se mulheres ocupando posições de destaque, ainda que a exclusão persista, mesmo que nem sempre de forma clara.

Apesar de mais sutis, ainda hoje as mulheres continuam a enfrentar dificuldades em busca de empregos melhores e mais gratificantes. Estas dificuldades, em grande parte são decorrentes de estereótipos tradicionais de gênero que, apesar de terem passado por mudanças, nos últimos anos, continuam a reforçar a idéia de que mulheres e homens têm características distintas e foram

“talhados” para tipos diferentes de trabalho. Elas são provenientes também de dificuldades estruturais por parte das mulheres em contrabalançar carreira e maternidade, um dos pilares da antiga identidade feminina (ROCHA-COUTINHO, 2003).

As pesquisas comprovam que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela marca da precariedade, o que atinge importante parcela de trabalhadoras. Em 1998, nada menos que 36% da força de trabalho feminina ou dez milhões de mulheres situavam-se em nichos precários do mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não remuneradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar. O emprego doméstico, ocupação feminina por excelência (90% de mulheres), absorve 17% da força de trabalho feminina, mais de quatro milhões de mulheres, e esta ocupação é considerada precária em razão das longas jornadas de trabalho desenvolvidas pela maioria das trabalhadoras, pelo baixo índice de posse de carteira de trabalho e pelos baixos rendimentos auferidos. Em 1998, 76% delas não possuíam carteira de trabalho e 88% ganhava menos de dois salários mínimos por mês (BRUSCHINI e PUPPIN, 2004).

Ainda segundo as autoras, um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho é a expansão da escolaridade, à qual as brasileiras têm tido cada vez mais acesso. As taxas de atividade das mais instruídas (mais de 11 anos de estudo) são muito mais elevadas do que as taxas gerais de atividade, em todos os anos analisados. Em 1998, a taxa feminina de atividade era de 47,5%, mas a de mulheres com 15 anos ou mais de estudo era superior a 81%. Além disso, as trabalhadoras têm escolaridade mais elevada do que os trabalhadores, reproduzindo o que ocorre na população de modo geral. Nesta, o predomínio feminino ocorre a partir do ensino médio (nove a 11 anos de estudo), no qual 55,1% das matrículas são femininas.

No ensino superior, as mulheres ampliaram sua presença na década, atingindo percentual superior a 61%. No entanto, elas se concentram em determinadas áreas do conhecimento, como Lingüística, Letras e Artes (83%), Ciências Humanas (82%), Ciências Biológicas (74%) e Ciências da Saúde (67,6%),

que as preparam para ocupar os chamados "guetos" femininos. Entretanto, a presença feminina nas universidades tem ultrapassado a dos estudantes também em redutos masculinos, como Administração, Arquitetura/Urbanismo e Direito.

As novas regras do mundo dos negócios, já nos permitem vislumbrar que o futuro pertence às mulheres. Os pontos fortes das mulheres satisfazem os requisitos de liderança da nova economia e logo elas devem ter um papel surpreendente e significativo na solução do problema da escassez de talentos. Portanto, o acesso de mulheres nos cargos de liderança tem se dado de forma rápida e estratégica.

Segundo Machado (1999), de forma geral, é característico da mulher empreendedora apresentar bom nível educacional, embora com pouco conhecimento de habilidades gerenciais; são predominantemente primogênicas ou filhas únicas, o que se justifica por ter maior tempo dedicado pelos pais a essas filhas, gerando assim um maior grau de confiança em si próprias, que pode ter contribuído para a iniciativa empresarial; há o predomínio de pais empreendedores, que teriam servido de modelo de identificação para essas empreendedoras; e a faixa etária predominante entre elas encontra-se entre 31 a 50 anos de idade.

Machado (1999), demonstra ainda que a mulher empreendedora combina características masculinas, como: iniciativa, coragem e determinação; com características femininas: sensibilidade, intuição e cooperação; especificando um estilo próprio das empreendedoras. Sendo que esse estilo é sem dúvida um fator que contribui para um processo de maior espaço, maior poder e atuação diferenciada.

Com a aceleração da Era da Criatividade e do Capital intelectual, a oferta de grandes talentos diminuirá ainda mais gerando uma verdadeira guerra pela busca de talentos, o que conseqüentemente implicará na busca por mulheres já que elas constituem uma fonte de talento até então, negligenciada.

Dentro do contexto de um significativo crescimento do trabalho feminino no Brasil (BRUSCHINI, 1994), as mulheres vêm aumentando sua atuação em posições de liderança nas empresas e conquistando mais terreno no espaço público.

No ambiente empresarial, é muito significativa a presença das empresas criadas e lideradas por mulheres, que, dessa maneira, não só constroem para si uma alternativa de inclusão ou permanência no mercado de trabalho, mas também geram empregos e promovem inovação e riqueza, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O potencial econômico do empreendedorismo feminino brasileiro é significativo, pois quando se consideram os setores da economia – o formal e o informal - os negócios possuídos por mulheres chegam a constituir quase a metade deste universo (Organization for Economic Co-operation and Development-OECD, 1998). Os dados se confirmam em recente pesquisa que evidencia que há em torno de 6,4 milhões de empreendedoras brasileiras, o que representa 46% do total de empreendedores brasileiros (GEM, 2003 apud Jonathan). Analisando o empreendedorismo feminino existente em diferentes países, Weeks e Seiler (2001) observam que as mulheres empreendedoras da América Latina e do Caribe compartilham muitas características com outras empreendedoras, independentemente da nacionalidade. Além da semelhança quanto aos tipos de negócio mantidos, há semelhanças em relação aos desafios e questões enfrentados pelas empreendedoras para fazer seus negócios crescerem, tais como o acesso à informação, à tecnologia, ao crédito/capital e às redes sociais (JONATHAN, 2005).

A sociedade vivencia um momento de transição com o crescimento da participação de mulheres no mercado de trabalho, um ambiente competitivo, dinâmico e complexo, necessita de profissionais competentes, disciplinados e inteligentes, independente do sexo.

Nos dias atuais, a identidade feminina vai além da maternidade. As mulheres atuais buscam a realização profissional, sem abrir mão do instinto materno e a preocupação com bem estar da família. Muitas vezes é esta consonância é que faz das mulheres um ser realizado e feliz.

2 EMPREENDEDORISMO

Empreender é o verbo do momento. Diante de tantas crises, de tanto desemprego, é preciso ser malabarista ou empreendedor para sobreviver. O empreendedor é alguém com visão de futuro, que tem iniciativa, potencial criador e realizador, que mobiliza pessoas, recursos e ações para atingir um objetivo.

2.1 EMPREENDEDORISMO

O mundo está mudando e trazendo consigo desafios e oportunidades.

Preparem-se para transformar os problemas em oportunidades.

Esse é o começo da possibilidade de criar alternativas inovadoras no novo mundo do trabalho com menos emprego.

(Renato Bernhoeft)

Muito se tem falado e estudado sobre o empreendedorismo e suas características de inovação e dinamismo bem como seu potencial na criação e geração de novos empregos.

Kirzner (apud DORNELAS, 2001, p.37) ao conceituar o empreendedor, acredita que:

[...] é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente.

Já para Dornelas (2001, p.38-39), o empreendedor é aquele que: “[...] detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ele, assumindo riscos calculados”. Em qualquer empreendedor encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos:

Iniciativa para criar um negocio e paixão pelo que faz; Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive; Aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar, (...) portanto, o empreendedorismo envolve sempre a identificação de uma nova oportunidade, a paixão,

a vontade de transformar o meio social e todas as funções, atividades e ações associadas a criação de novas empresas.

Na visão de Melo Neto e Froes (2002, p. 9) o empreendedorismo é:

[...] um processo dinâmico pelo qual indivíduos identificam idéias e oportunidades econômicas e atuam desenvolvendo-as, transformando-as em empreendimentos e, portanto, reunindo capital, trabalho e outros recursos para a produção de bens e serviços.

O movimento do empreendedorismo no Brasil, centrado em um forte incentivo à criação de pequenos negócios e conseqüentemente geração de emprego e renda, tomou forma a partir de 1990, segundo Dornelas (2001), quando entidades como Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para a Exportação de Software) foram criadas para apoiar e desenvolver a criação de pequenas empresas brasileiras. Antes deste período, apesar da atividade empreendedora existir há muito tempo, não havia incentivo à criação de empreendimentos, principalmente pela instabilidade da situação política e econômica do país que não propiciava um ambiente favorável.

A mulher ingressa no mercado de trabalho não apenas como empregada, mas também como empregadora; favorecida pelo desenvolvimento econômico. Portanto, o número de empresas conduzidas por mulheres tem aumentado consideravelmente, visto que devido a redução de empregos, o trabalho por conta própria se tornou uma boa alternativa para as mulheres criarem o próprio negócio e ainda empregarem outras pessoas (GOMES, 2006).

No que diz respeito ao empreendedorismo feminino, o confronto entre os diversos conflitos – vida familiar e profissional, profissional e pessoal, faz-se necessária grande variedade de estratégias na busca pelo equilíbrio. Nesse sentido a mulher é um ser incansável na busca de alternativas para a própria superação.

2.2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. História é gente.
E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura.
Betinho

Para Oliveira (2004, p. 64): “o empreendedorismo social, é uma ação emergente com capacidade de gerar emancipação social e desenvolvimento humano”.

Rao (apud OLIVEIRA, 2004, p.62), define o empreendedor social como sendo os:

[...] indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro.

Com a redução de investimentos por parte do poder público no campo social, assistimos ao crescimento das organizações do terceiro setor e as ações sociais. O empreendedorismo social se apresenta ainda em desenvolvimento, mas se mostra diferente de uma gestão social tradicional e uma empreendedora.

Para Melo Neto e Froes (2001), apud Oliveira:

Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia.

Ainda segundo os autores (2002), no empreendedorismo social não é o negócio que investe no social e sim o social que se “empresariza” gerando novos negócios e com auto-sustentabilidade propicia o desenvolvimento da comunidade.

E continuam, a principal diferença entre o empreendedorismo social do privado é que o primeiro tem um caráter coletivo, voltado às soluções de problemas sociais enquanto que o segundo é individual, produz para o mercado.

Diante dessas definições, observamos que o empreendedorismo social se propõe a uma ação inovadora diante de uma situação problema, direcionada para a

esfera social com o objetivo de elaborar alternativas de enfrentamento e solução do problema.

Segundo Hudson (1999, p. XI) apud Agostini:

O termo 'terceiro setor' diferencia essas organizações do 'setor privado' e do 'setor público'. O traço comum que une todas essas organizações é que são orientadas por valores: são criadas e mantidas por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam elas mesmas tomar providências nesse sentido. [...] Ao contrário de organizações do setor privado, não distribuem lucros a seus proprietários e, diferente das organizações do setor público, não estão sujeitas a controle político direto. Essas organizações têm independência para determinar seu próprio futuro.

As experiências de geração de emprego e renda costumam se deparar com um problema bastante grave: a dificuldade que grupos populares têm de assumir uma postura gerencial empreendedora em seus negócios, mesmo após treinamentos para capacitação técnica. Essa dificuldade se acentua quanto diz respeito às mulheres (SIMIÃO, 2003 apud Lages, acesso em: 16 out 2010. 22h). Com uma cultura fortemente internalizada, que as colocou no lugar de eternas doadoras, nutridoras, quando se enfatiza seu altruísmo como sendo uma qualidade feminina, as mulheres acabam por adotar comportamentos que reproduzem esses papéis, e que redundam por construir barreiras no mundo do trabalho.

O empreendedorismo social tem como objeto o negócio do social, tendo na sociedade civil o seu foco de atuação, buscando parcerias com a comunidade, setor privado e governo. O foco não é mais o lucro pelo lucro, nem tão pouco a competitividade ou produtividade como ocorre nos empreendimentos comerciais, mas sim no desenvolvimento e auto-sustentabilidade de um grupo social ou comunidade (MELO NETO e FROES, 2002 apud Agostini, 2001).

2.3 A MULHER EMPREENDEDORA SOCIAL

Há pelo menos cinco mil anos, as mulheres têm sido culturalmente ensinadas a serem provedoras. Devemos alimentar todos que nos cercam. No âmbito da casa e da família, somos responsáveis por tudo, pelo bem-estar físico e emocional de nossos filhos e marido, limpeza, refeição e cuidado com o quintal e o jardim, milhares de

anos de prática foram necessários para orquestrar essas complexidades, oferecendo-nos muitas oportunidades para exercitar nossos processos holísticos. Mas essa grande ênfase em ser provedora também criou alguns problemas significativos.

Diane Ealy

A mulher empreendedora é capaz de administrar seus afazeres pessoais e profissionais ou familiares naturalmente. Como característica pessoal, a mulher empreendedora tende a ter maior nível de escolaridade, de idade considerada madura, casada e com filhos; seus empreendimentos são na maioria das vezes microempresas prestadoras de serviços.

De acordo com Jonathan (2001), alcançar um equilíbrio entre as necessidades profissional, familiar e pessoal, é o desejo maior das empreendedoras brasileiras. Quando o trabalho e a família se beneficiam mutuamente alcança-se o bem-estar e a satisfação pessoal.

A mulher empreendedora busca sua auto-realização. Dessa forma, é possível sentir mais satisfação do que culpa frente às demandas conflitantes, tais como marido e filhos. O desejo e muitas vezes a necessidade de conciliar múltiplas tarefas possibilita o aumento de sua auto-estima.

3 MARINA SILVA: um estudo biográfico

Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, mais conhecida como Marina Silva, nasceu no Acre em 8 de fevereiro de 1958. Filha de pais nordestinos perdeu a mãe aos 15 anos. Sonhou em ser freira, trabalhou no seringal, contraiu hepatite, malária e leishmaniose. Essas fragilidades a levaram à capital, Rio Branco em busca de tratamento médico, onde aproveitou para estudar e se dedicar à vida religiosa.

Na capital acriana, trabalhou como doméstica para se sustentar. Aprendeu a ler e escrever no curso móbrel, mais tarde formou-se em história e posteriormente cursou pós-graduação em psicopedagogia.

A vocação social de Marina Silva se revelou quando deixava a adolescência. Inscrita num curso de liderança rural, Marina conheceu o líder seringueiro Chico Mendes, passando a ter contato com a Teologia da Libertação e a participar Comunidades Eclesiais de Base. Em 1984, ajudou a fundar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Acre. Onde, Chico Mendes foi o primeiro coordenador da entidade e Marina a vice-coordenadora.

Filiada ao PT, disputou seu primeiro cargo público em 1986, ao concorrer a uma vaga na câmara dos deputados. Dois anos depois elegeu-se como vereadora mais votada em Rio Branco. Aos 36 anos chegou a Brasília como a senadora mais jovem da história da República.

No Ministério do Meio Ambiente, trabalhou por políticas estruturantes e no governo do presidente Lula, buscou transformar a questão ambiental em uma política de governo. Por dificuldades enfrentadas no governo, deixou o ministério, voltou ao Senado. Afastou-se do PT e filiou-se ao PV, lançou sua pré-candidatura à Presidência e anunciou o empresário Guilherme Leal como seu vice.

A lista de prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais mostra a expressão internacional conquistada pela senadora. Além de ser incluída na lista do jornal “The Guardian”, conquistou o “2007 Champions of the Earth”, o principal prêmio da ONU na área ambiental. Em outubro de 2008, recebeu das mãos do príncipe Philip da Inglaterra, no palácio de Saint James, em Londres, a medalha Duque de Edimburgo, em reconhecimento à sua trajetória e luta em defesa da Amazônia brasileira – o prêmio mais importante concedido pela Rede WWF. Em 2009, recebeu o prêmio Sophie da Sophie Foundation, concedido a pessoas e organizações que se destacam nas áreas ambientais e do desenvolvimento sustentável, em Oslo, Noruega. Também em 2009, recebeu da Fundação Príncipe Albert 2º de Mônaco o Prêmio sobre Mudança Climática (Climate Change Award), em reconhecimento à sua contribuição para projetos na área do meio ambiente, ações e iniciativas conduzidas sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo conquistado o mundo do trabalho e da vida pública recentemente, muitas mulheres já apresentam contribuições significativas para as organizações que valorizam características como flexibilidade, sensibilidade, intuição, capacidade de trabalho em equipe e administrar a diversidade. Segundo alguns estudiosos, essas características estão presentes no estilo feminino de liderança (GOMES, 2006, p.74).

No Brasil, são poucas, ainda, as brasileiras que conquistam posições de destaque em nossa sociedade. Durante grande parte da história do Brasil, as mulheres não tiveram participação na política, pois a elas eram negados os principais direitos políticos como, por exemplo, votar e se candidatar. Somente em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, as mulheres conquistaram o direito do voto. Também puderam se candidatar a cargos políticos. Nas eleições de 1933, a doutora Carlota Pereira de Queirós foi eleita, tornando-se a primeira mulher deputada federal brasileira. Em 1979, Euníce Michiles tornou-se a primeira senadora do Brasil. Entre 24 de agosto de 1982 e 15 de março de 1985, o Brasil teve a primeira mulher ministra. Foi Esther de Figueiredo Ferraz, ocupando a pasta da Educação e Cultura. Em 1989, ocorre a primeira candidatura de uma mulher para a presidência da República. A candidata era Maria Pio de Abreu, do PN (Partido Nacional). Em 1995, Roseana Sarney tornou-se a primeira governadora brasileira. Em 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff (PT - Partido dos Trabalhadores) venceu as eleições presidenciais no segundo turno, tornando-se a primeira mulher presidente da República no Brasil (acesso em: 03/11/10).

A partir da análise dos dados obtidos através de pesquisa bibliográfica, observa-se que, no decorrer do tempo, a mulher vem projetando-se na sociedade como mãe, esposa e profissional bem sucedida. A transformação de espaços como trabalho, família e dos papéis sociais parece que vem ao encontro da possibilidade de serem preenchidos por mulheres.

A literatura sobre o assunto, a todo o momento nos remete a fatos de superação e conquistas femininas. A história da inserção da mulher no mundo do trabalho, retrata um período de muitas dificuldades e preconceitos, a mulher escrava, propriedade de seu marido, obediente e submissa, deu lugar a mulheres independentes, instruídas e empreendedoras.

O objetivo proposto aqui é demonstrar que, apesar de tantos preconceitos sofridos, a mulher não desistiu e foi à luta na busca de seus ideais, mesmo diante de tantos rótulos cabe à mulher o título de empreendedora.

Também foi apresentado aqui, o papel do empreendedor social, que mostra-se de fundamental importância diante das transformações sociais. Vale ressaltar que o gênero feminino está intrinsecamente ligado ao empreendedorismo social.

Uma das hipóteses da pesquisa era a de que a mulher empreendedora é aquela que por algum motivo busca através de apoio profissional e emocional, propicia uma nova oportunidade a outras mulheres. Podemos dizer que esta hipótese se confirma através da história sofrida da inserção da mulher no mundo do trabalho. Depois de tantas dificuldades, a mulher conquista com muita luta e disposição seu espaço no mercado de trabalho; talvez por este motivo, além de sua característica maternal a mulher empreendedora esta sempre predisposta a ajudar seus semelhantes.

Outra hipótese foi que a empreendedora social através de organizações sociais propõe alternativas eficazes no desenvolvimento de uma sociedade melhor e mais justa. Essa hipótese parece se confirmar na medida em que os estudos revelam que a mulher empreendedora social busca, através do seu trabalho, oferecer oportunidade de trabalho também para outras pessoas, de forma mais justa e igualitária.

E ainda a mulher empreendedora tem por objetivo sua própria realização pessoal através de trabalhos desenvolvidos em parcerias com organizações sociais. Para confirmar esta hipótese, e concluir o estudo sobre mulheres empreendedoras, destacou-se uma mulher em especial, considerada líder sócio-ambiental no Brasil e

exemplo de superação. Marina Silva, é um exemplo de mulher empreendedora, tem quase trinta anos de vida pública e ganhou reconhecimento dentro e fora do país pela defesa da ética, da valorização dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. É considerada segundo o jornal britânico “The Guardian”, uma das cinquenta pessoas que podem ajudar a salvar o planeta.

Em todo o estudo realizado sobre Marina Silva, é possível encontrar características condizentes com a mulher empreendedora. Mulher simples, ex-seringueira e analfabeta até os 16 anos cursou o MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização, e, através da educação almejou e a política como um salto de qualidade para sua vida.

Casada, Marina tem quatro filhos, deu os primeiros passos nos movimentos social e sindical em 1988. Antes de chegar ao Senado em 1994, foi vereadora em Rio Branco e deputada estadual pelo PT. É formada em História pela Universidade Estadual do Acre e pós-graduada em psicopedagogia.

Assim podemos entender que o objetivo central proposto nesta pesquisa foi atingido. Vale ressaltar que o assunto não se esgota aqui, o tema é muito amplo e requer ainda muito estudo e pesquisa.

Para concluir, vale destacar ainda a importância e a contribuição da mulher para o desenvolvimento econômico e social da humanidade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Citação:** NBR-10520/ago - 2002. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **Referências:** BR-6023/ago. 2002. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

AGOSTINI, João Paulo. **Critérios de avaliação para projetos empreendedores sociais.** UFSC. 2001. Acesso em: 12 out 2010 21h20.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados.** In Historia das mulheres no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa.** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V1A24.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010. 19h30.

_____. e PUPIN, Andrea Brandão. **Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742004000100006&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 15 out. 2010. 9h00.

_____. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Caderno de pesquisa, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300003&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 15 out. 2010. 10h00.

CRUZ, Renata da Conceição. **Empreendedorismo social uma abordagem sobre a questão de gênero no Brasil.** Dissertação de mestrado. PUC SP 2007. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5896 Acesso em: 10/10/2010. 9:00h

DEL PRIORE, Mary e BASSANEZI, Carla (ORG.) **História das mulheres no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais.** In Del Priore e Bassanezi, 2000.

GOMES, Almiralva Ferraz. **Mulheres empreendedoras.** Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006.

HOBBSAWM, E.J. (1979). **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. In Nogueira, 2004.

JONATHAN, Eva Gertrudes. **Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722005000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em : 12 out 2010. 14h10

LAGES, Sônia Regina Corrêa. **Desafio do empreendedorismo feminino**. Disponível em: http://www.fesjf.estacio.br/revista/artigos/sonia_desafios.pdf. Acesso em: 16 out 2010. 22h

LEONE, Eugênia Troncoso e Hoffmann Rodolfo. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>. Acesso em: 20 ago 2010. 18h15.

MACHADO, Ilka Vier. **Tendências do comportamento gerencial da mulher empreendedora**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-org-09.pdf>. Acesso em 01 nov 2010. 15h00.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias**. Franca-SP: Unesp, 2004. (tese de doutorado) acesso em: 07 jun 2010 17h30.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós- Graduação – ICPG. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 28 fev 2010. 10h28.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. **Dos contos de fadas aos superheróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades**. PUC. 2000. Disponível em: <http://www.psi.puc-rio.br/download/pdf/Maria%20Lucia%20Rocha-Coutinho.pdf>. Acesso em: 13 set 2010 21h00.

SAFFIOTI, H. (1976). **A mulher na sociedade de classes**. Rio de Janeiro, Vozes. In Nogueira, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007, p.115.

SILVA, Marina. **Biografia**. Site oficial. Disponível em: <http://www.minhamarina.org.br/biografia/index.php> . Acesso em: 02 nov 2010 15h

VIEIRA, Josênia Antunes. **A identidade da mulher na modernidade**. Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v21nspe/29258>. Acesso em 11 out 2010 15:00h.